

# 9ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE ALTO NÍVEL DAS ALFÂNDEGAS DA CPLP



MAPUTO, MOÇAMBIQUE, 8 A 11 DE ABRIL/2014

## RELATÓRIO

*A 9ª Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível das Alfândegas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ocorreu de 8 a 11 de abril de 2014, em Maputo, Moçambique, com a presença de representantes de Angola (AO), Portugal (PT) Moçambique (MZ) e Timor-Leste (TL) (Anexo I).*

### **1. SESSÃO DE ABERTURA**

A Sessão Solene de Abertura contou com a presença do Presidente da Autoridade Tributária, Dr. Rosário Fernandes, do Secretário-Geral do Conselho de Diretores Gerais das Alfândegas da CPLP, Dr. Francisco Curinha, do Diretor Geral das Alfândegas de Moçambique, Engenheiro Guilherme Mambo, que presidiu à mesma, do Diretor Geral de Impostos, Dr. Isais Mondlane e do Diretor Regional do Sul, Dr. Paulino Azize Dalas.

O Secretário-Geral (SG) do Conselho de Diretores Gerais das Alfândegas da CPLP, Dr. Francisco Curinha, procedeu à sua intervenção, agradecendo a presença de todos, e manifestando o seu especial agradecimento à administração aduaneira de Moçambique por ter acolhido a realização desta reunião.

Começou por referir que esta Reunião do GTAN, tem como objectivo fazer um balanço das atividades desenvolvidas até agora, bem como

permitir aos representantes das administrações apresentarem temas sobre as suas práticas e também para dar continuidade às decisões tomadas na XXVIII Reunião do Conselho realizada em outubro de 2013, em Timor Leste.

Em seguida recordou que em termos formais a reunião anual do GTAN está prevista no Protocolo de Cooperação que institui a Conferência dos Diretores-Gerais das Alfândegas dos Países de Língua Oficial, sendo o Protocolo de Cooperação o pilar que tem permitido a continuação da cooperação nos moldes actuais e é nele que estão consagrados os dois órgãos vitais para o prosseguimento das ações, ou seja, o Conselho de Diretores-Gerais e o Secretariado Permanente.

A aprovação do Programa PICAT IV criou uma janela de oportunidade para que a cooperação aduaneira entre os países da CPLP possa prosseguir nos moldes de reuniões presenciais ou virtuais, grupos de trabalho e seminários.

Congratulou as administrações pelo sucesso que o PICAT IV tem após um ano de vigência, dado estar a cumprir os seus objetivos.

De seguida referiu o sucesso dos dois GT que têm a grande responsabilidade de acompanhar as duas mais importantes Convenções da OMA, Organização de que todos os países da CPLP já fazem parte, nomeadamente, a Convenção sobre o Sistema Harmonizado e a Convenção de Quioto Revista.

Não deixou também de referir a criação de um portal específico para as alfândegas da CPLP, presente na Internet com informação diversificada e também a inclusão no portal da OMA das duas principais convenções em língua portuguesa.

Acrescentou, que com apoio de todos os países da CPLP nos últimos cinco anos, tem estado a desempenhar funções na OMA sem custos para as administrações, um Representante indicado por todos os países. Aproveitou para agradecer a Moçambique, em seu nome e de todas as administrações, por permitir que o atual representante, Dr. Orlando Mungoi possa permanecer por um segundo mandato na OMA.

Quanto ao papel do SG eleito pelo Conselho de Diretores-Gerais lembrou que o seu mandato tem em vista respeitar e fazer cumprir as

decisões do Conselho, dispondo para o efeito de um Secretariado Permanente com capacidade técnica adequada.

De seguida e tendo em conta a crescente globalização do comércio internacional, sublinhou que as Administrações, têm vindo a responder aos desafios com um projeto comum baseado na cooperação no seio da CPLP, não esquecendo que os oito países já são partes contratantes da OMA, o que permite uma concertação de posições no seio daquela Organização.

Antes de terminar o seu discurso deixou alguns tópicos de reflexão. Será que enquanto comunidade atingimos os nossos objetivos? Ou outros desafios se apresentam? Que podemos fazer para nos distinguirmos enquanto comunidade?

Relembrou ainda a recente entrevista dada pelo atual Secretário Executivo da CPLP, Murade Murargy, que defende que a CPLP não deve ser usada só para a difusão da língua portuguesa, nem para a concertação politico-diplomatica, devendo também, cada vez mais focar-se na área económica e na harmonização de políticas.

Ao concluir a sua intervenção, desejou a todos uma excelente reunião e que os temas apresentados pelas administrações sejam motivadores de debate, e acrescentem conhecimentos úteis para todos (**ANEXO II**).

A Delegada de PT, Dra. Ana Paula Raposo, recebeu com honra a atribuição de fazer uso da palavra em nome de todas as Administrações Aduaneiras da CPLP, começando por agradecer em nome da Autoridade Tributaria e Aduaneira de PT o convite formulado por MZ para que esta reunião decorresse em Maputo, tendo adicionalmente expressado o sentimento de honra das delegações presentes em participar nesta reunião.

Referiu a importância do cumprimento do Programa PICAT IV, pedindo a todas administrações, presentes e às ausentes, que se empenhem por dar cumprimento ao programa participando ativamente nas suas atividades, tendo em conta de que o mesmo foi aprovado pelos DG de cada país da CPLP.

De seguida falou do reforço de capacitação das administrações, bem como do cumprimento que as mesmas fazem de normas reconhecidas internacionalmente, dando o exemplo da Convenção de Quioto Revista e da Convenção do Sistema Harmonizado, referiu o impacto da aplicação das mesmas no combate à fraude e evasão fiscal e simultaneamente na facilitação do comércio.

Relembrou o Acordo de Facilitação do Comercio (AFC) assinado em Bali e dos desafios que o mesmo irá trazer.

Manifestou a sua convicção de que enquanto Comunidade iremos enfrentar estes novos desafios, referindo que o trabalho que tem sido desenvolvido ao longo dos anos, tem feito com que sejamos conhecidos enquanto comunidade e por isso reforçados, o que dificilmente aconteceria se agíssemos individualmente enquanto pais.

Finalizou desejando o cumprimento dos pontos da agenda e que a discussão dos mesmos traga a cada um dos presentes, novos conhecimentos e mais-valia.

O Presidente da Autoridade Tributaria, Dr. Rosário Fernandes cumprimentou todos e referiu a grande satisfação em receber o evento, na acolhedora Cidade das Acácias, Maputo, Cidade Capital da República de Moçambique.

Este evento, que conta com membros dos Países da CPLP, constitui parte integrante do programa de cooperação e assistência Técnica das Alfândegas da CPLP-PICAT IV para o triénio 2013-2015, aprovado na XXVII reunião do Conselho de Directores Gerais das Alfândegas.

As especialidades dominantes dos representantes dos Países membros participantes abrangem áreas transversais como políticas e procedimentos, sistema harmonizado, normação aduaneira, unidade legal regiões, pauta e valor Aduaneiro além de operações gerais aduaneiras e em particular a formação, capacitação, assistência técnica que constituem o cerne dos PICATs.

A ênfase deverá ser dada ao relatório do SG relativo ao programa PICAT IV-triénio 2013/2015 e ao apoio ao desenvolvimento que envolve a gestão do risco (possíveis desenvolvimento para o futuro). Recomendou

que se abordasse temas como o Branqueamento de capital e financiamento de terrorismo - situação das alfândegas; Medidas de combate a contrafacção; Princípio de conduta ética das alfândegas da CPLP; Facilitação do comércio e aplicação do sistema de processamento das Declarações prévias à chegada de mercadorias na óptica de modernização gestão aduaneiras (JUE e ou *Asykuda* e outros sistemas paralelos); Fluxo de informação em tempo real; Bancarização dos impostos do comércio externo; e Maximização de colecta de receitas aduaneiras.

As discussões e debates deverão ter como escopo as qualidades do PICAT IV, e os cenários esperados do PICAT V municiando os participantes de instrumentos de realização prática, com impactos no crescimento do nível de fiscalidade e de facto, na sustentabilidade do orçamento do Estado e das finanças públicas.

O papel das Alfândegas no seio da CPLP é crucial e estratégico, nos próximos anos no controlo do território Aduaneiro em geral, e, em particular, na gestão e controlo das isenções e benefícios fiscais e da evasão fiscal por fraude, contrabando, descaminho de direitos, pirataria ou contrafacção em prol de uma cada vez melhor desempenho da arrecadação dos impostos do comercio externo.

O repto que colocamos à CPLP e ao projecto PICAT em particular, é a uniformização do sistema de formação e capacitação institucional, incluindo paramilitar, colocando a Escola como o epicentro da estratégia de especialização e competitividade dos recursos Humanos. Tendo convidado os participantes a visitarem o centro da JUE, da e-tributação, bem como o Instituto de formação Tributaria e Finanças Públicas (IFTFP) da Matola, bem como o Projecto e implantação do futuro Instituto Superior de Especialização em Finanças Públicas e Direito Tributário.

Depois do sucesso da recente Cimeira de Bruxelas, envolvendo a parceria África/União Europeia com enfoque nos imperativos de estabilidade política, paz e segurança nacional como premissas de melhor aproveitamento dos recursos naturais disponíveis, juntamo-nos

aos esforços da CPLP na cimentação dos elos fortes do bloco dos falantes da língua portuguesa, com a promoção da 9ª reunião dos Ministros de Cultura da Organização, a ter lugar de 11 - 12 de Abril do corrente ano na sala de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo.

Finalizou desejando que a reunião atinja os melhores resultados, declarando aberta a mesma (**ANEXO III**).

## 2. APROVAÇÃO DA AGENDA

Na análise do Projeto de Agenda foram alterados os seguintes pontos, tendo em conta a ausência de algumas delegações:

- Ponto 7 – Projetos Estruturantes e Desafio na Gestão Aduaneira (PT);
- Ponto 13- Visita ao Centro de Operação da JUE
- Ponto 14- Visita ao Instituto de Formação Tributária e Finanças Públicas
- Ponto 15 – Diplomas Legislativos
  - Memorando Antifraude entre as Alfandegas da CPLP
  - Convenções aduaneiras celebradas no âmbito da CPLP
- Ponto 22 – Gestão dos IEC e desafios que se colocam (PT)

Com a inserção destes pontos, a Agenda foi aprovada por unanimidade e consta do **Anexo IV**.

## 3. RELATÓRIO DO SECRETÁRIO-GERAL

O Secretário-Geral do Conselho, Dr. Francisco Curinha, no cumprimento do disposto na alínea e) do art. 12 do Protocolo da Conferencia apresentou o balanço anual das atividades desenvolvidas pelo Secretariado Permanente, destacando a realização das ações programadas em 2013, bem como as já realizadas em 2014.

Apresentou ainda informação estatística sobre as ações desenvolvidas no âmbito dos Programas PICAT I, II e III num total de 69 ações e, referiu que o PICAT IV, que se iniciou em 2013, tem estado a ser

cumprido, relembrando as ações realizadas em 2013 e as já concretizadas em 2014.

- Referiu que a 49ª Reunião do GTSH, já tem data marcada para 19 a 30 de maio, em Portugal, estando ainda previsto um seminário sobre Certificados de Origem Preferencial e não Preferencial, a realizar no Brasil, no 2º semestre de 2014, bem como a reunião do Conselho de Diretores Gerais das Alfândegas da CPLP, a decorrer em Angola e ainda a 5ª Reunião do GT do Site.
- De seguida abordou a adesão às principais convenções da OMA, bem como à própria organização, felicitando todas as administrações da CPLP por já serem membros.
- No que se refere à adesão à Convenção do Sistema Harmonizado bem como à Convenção de Quioto Revista, deixou um pedido especial aos países que ainda não aderiram, o façam dada a sua importância no cumprimento das funções desempenhadas pelas administrações aduaneiras.

Referiu ainda a realização do Seminário CQR, que se realizou em Cabo Verde, em março de 2014, que contou com a presença de um perito da OMA, tendo sido esta organização que suportou os custos da realização do mesmo.

A concretização deste seminário é a prova de que quando os CPLP se empenham conseguem obter os fins a que se propõem, pois foi com o empenhamento do Secretariado Permanente em Representação de todos os países que se conseguiu a realização do seminário.

Este sucesso leva-nos a ter a ideia de que podemos continuar a solicitar à OMA, apoio para outras ações deste género.

Ao fazer uma abordagem aos Projetos das Alfândegas da CPLP, mencionou o:

Projeto PROLIP que se traduz em vários pontos (Promoção da Língua Portuguesa em Organizações Internacionais) - referiu-se, especialmente à OMA e aos respectivos subprojetos, nomeadamente: a Tradução dos Documentos de Trabalho; a colocação e manutenção de um

Representante das Alfândegas da CPLP, que está a ser assegurado atualmente por Orlando Mungoi de MZ. Os candidatos tem estado a renovar o que significa que a escolha tem sido excelente, porque a OMA tem estado a permitir a sua renovação. Relembrou a próxima candidatura, 2015/2016, e solicitou que outras administrações apresentem candidatos. No que se refere à atual candidatura do Orlando Mungoi referiu que a mesma foi apoiada por todos os países, faltando a aprovação da OMA, mencionou ainda o facto de o mesmo estar ausente, devido ao facto de estar durante as duas próximas semanas num estágio da OMA, no Japão;

- Projeto do Site das Alfândegas da CPLP – este projeto já teve o seu primeiro objetivo concretizado que foi o da criação de um Site exclusivamente dedicado às Alfândegas da CPLP.
- Projeto de elaboração da Versão Harmonizada em Língua Portuguesa da Convenção de Quioto Revista
- Projeto de elaboração da Versão Harmonizada em Língua Portuguesa da Nomenclatura do Sistema Harmonizado
- Antes de finalizar a sua apresentação o SG apresentou novos desafios para a Comunidade:
  - O incremento das Relações com a OMA.
  - O Código sobre Ética.
  - O Acordo OMC.
  - A Convenção Quioto Revista. Trabalhos concluídos. Que novos desafios. Acabar as diretivas dos anexos específicos.
  - O Site das Alfândegas da CPLP (aditamentos – Código de Ética, apresentações da administrações, base de dados de reformados, por exemplo).
  - Os IEC - Impostos especiais sobre o Consumo (que impostos existem, o que cada país aplica).

O SG terminou agradecendo a todos os presentes o trabalho que têm desenvolvido.

Em seguida, o Presidente, Engenheiro Guilherme Mambo, agradeceu a intervenção do SG dando a palavra às Delegações, mas antes não quis deixar de referir que há muito trabalho ainda a fazer, nomeadamente no âmbito da OMA e outros que podemos ainda fazer enquanto Grupo, referindo que o Relatório apresentado é bastante elucidativo da atividade desenvolvida, tendo felicitado o Secretário-geral (SG).

A Delegação de MZ agradeceu a apresentação do relatório do SG, das ações que se realizaram e das que se vão realizar. Lamentou o facto das outras delegações não estarem presentes devido a motivos diversos, mas espera que os presentes consigam fazer uma boa reunião e terminou desejando que se prossiga com a agenda.

O Presidente, solicitou ao SG informação sobre os contactos estabelecidos no âmbito bilateral.

O SG começou por agradecer as palavras do Dr. Aly Mallá, referindo que tenta sempre dar cumprimento às decisões do Conselho de DG.

No que se refere às questões bilaterais, mencionou que as mesmas são uma constante, deu o exemplo da própria União Europeia (EU), em que os países tentam estabelecer contactos bilaterais para tentar a aproximação entre si.

Os contactos bilaterais fortificam as relações, referiu o próprio programa PICATFIn, tendo há pouco tempo Portugal tido a oportunidade de manifestar a sua disponibilidade para realizar novos protocolos. Assim compete a cada administração per si fazer os contactos necessários para desenvolver novos programas.

A Delegada de Portugal (PT), Dra. Ana Paula Raposo, manifestou o interesse da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) em continuar a cooperação, referiu o relatório do SG e do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Deu o exemplo da próxima reunião do GTSH, que a administração Portuguesa irá organizar já em Maio, terminou referindo que o empenho é total.

A Delegação de AO agradeceu a apresentação do relatório do SG, que faz sempre jus aos trabalhos desenvolvidos.

A Delegação de TL agradeceu a apresentação do SG, que permite dar a conhecer àquele país os projetos que estão a decorrer.

O Presidente referiu que pelas intervenções concluiu que o relatório foi sucinto, claro e concreto, permitindo assim dar uma ideia do que foi feito, ficando bastante explícitos os trabalhos que se irão desenvolver.

O Relatório do Secretario Geral foi aprovado por unanimidade (**ANEXO V**).

No início da sessão da parte da tarde o Presidente informou que se iria fazer alteração da ordem da agenda, sendo primeiro apresentado o Ponto 7.

## **7. "PROJETOS ESTRUTURANTES E DESAFIOS NA GESTÃO ADUANEIRA" (PT) (ANEXO VI).**

A Delegada de PT, Dra. Ana Paula Raposo, apresentou os projetos estruturantes na perspectiva de melhoria de gestão aduaneira e na procura das sinergias entre sistemas tributários e aduaneiros.

Assim referiu os novos sistemas aduaneiros considerados estruturantes: SIGIP (Sistema Integrado de Gestão e Informação Pautal), STADA, Importação Electrónica, SDS, manifestos electrónicos e SIMPLEX – Exportação, que veio introduzir um melhor controlo da exportação efetiva, particularmente dos produtos sujeitos a IEC e simultaneamente reduzir o tempo de emissão da certificação de saída, cujo impacto no sector exportador é muito significativo pois permite a redução do prazo de reembolso de IVA e por conseguinte a obtenção de ganhos financeiros legítimos.

Igualmente salientou como sinergias da Autoridade Tributária e Aduaneira a partilha de informação e a utilização de sistemas comuns, ainda que com módulos com objetivos específicos, tendo referido o SPA (Sistema de processos aduaneiros, controlando a cobrança coerciva), o SICAT (Sistema de Contencioso Administrativo Tributário) e o SCA (Sistema de Contabilidade Aduaneira).

Identificou como desafios a consolidação e melhoria das sinergias existentes na AT e a futura implementação do novo Código Aduaneiro da União Europeia (CAU).

No quadro da implementação do CAU salientou o horizonte temporal de obrigatoriedade após 1.5.2016 e consolidar a sua implementação até 2020, em que se assiste a uma alteração profunda de paradigma com obrigatoriedade de um ambiente electrónico para as alfândegas e para o comércio.

O Presidente agradeceu a apresentação feita por PT, referindo que o mesmo aborda matérias com muito interesse para as administrações aduaneiras, dando início ao debate.

A Delegação de TL solicitou mais informação sobre a apresentação, bem como esclarecimentos de como atuar em caso de declarações incompletas.

A Delegada de PT esclareceu que os sistemas permitem o processamento de procedimentos simplificados, sendo no caso das declarações incompletas apresentada uma declaração complementar com a informação em causa.

A Delegação de TL questionou ainda se o sistema está em operacionalização em todos os aeroportos e fronteiras?

A Delegada de PT esclareceu que os sistemas aduaneiros são nacionais e abrangem todo o universo nacional e a informação é acessível a todos os funcionários aduaneiros.

A Delegação de MZ agradeceu a apresentação de PT, que demonstra a paixão que a mesma tem por esta matéria, bem como os conhecimentos que tem da mesma. Referiu ainda que a apresentação contém matérias com interesse para a administração aduaneira de MZ, lembrando que começou a operar com a janela única há pouco tempo, fazendo uma comparação com PT, considerou que ambos estão quase no mesmo ritmo.

A Delegada de PT, agradeceu o elogio e retribuiu, dizendo que era mútuo o reconhecimento do profissionalismo e dos conhecimentos

técnicos que o mesmo tem vindo a demonstrar ao longo dos anos. Mencionou ainda que a constante evolução das administrações conduz necessariamente, ao reforço de capacitação dos funcionários, pois a informatização e implementação de novos sistemas a isso obriga. No entanto os dirigentes tem de ser capazes de encontrar novos desafios e saber responder aos mesmos, tendo um papel crucial na alteração de mentalidades e métodos de trabalho

No final deste ponto o Presidente, pediu ao Dr. Aly Malla que presidisse ao final dos trabalhos do presente dia.

#### **4.INDICADORES DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA PICAT (ANEXO VII)**

O Presidente, Dr. Aly Mallá deu a palavra ao SP, para proceder à apresentação deste ponto.

A Representante do Secretariado Permanente (SP), Dra. Paula Figueiredo começou por referir que este ponto consta de um documento de trabalho, passando a fazer um breve enquadramento histórico.

O tema surgiu no decorrer da XXVIII Reunião de Diretores Gerais do Conselho, em Outubro de 2013, que decorreu em Timor-Leste, após a apresentação do Relatório do SG onde é apresentado o balanço anual das atividades desenvolvidas pelo Secretariado Permanente no âmbito do Programa PICAT, tendo a Representante de Portugal, Dra. Ana Paula Raposo suscitado a questão da visibilidade destas ações e a sua consequente necessidade de contabilizar os seus benefícios para as administrações aduaneiras da CPLP, tendo proposto que as administrações contribuíssem com Indicadores de Resultados para que se pudesse dinamizar o trabalho da CPLP e para ao mesmo tempo continuar a tornar viável as ações desenvolvidas no âmbito do Programa PICAT, tendo em conta todas as restrições orçamentais pelas quais todos os países estão a passar.

A proposta foi aprovada por unanimidade tendo sido decidido ainda na referida reunião a metodologia para a criação dos referidos indicadores,

tendo ficado o SP encarregado de congregar os contributos de todas as administrações aduaneiras, elaborando uma proposta a ser disponibilizado a todos.

Após a elaboração do documento com indicadores foi solicitado às administrações que avaliassem o universo de ações realizadas em 2013. O Presidente considerou que o documento deveria ser presente no Conselho de DG, devendo os países que ainda não responderam, enviar a sua resposta ao SP.

O SG chamou a atenção para o facto de o SP ter dado cumprimento a uma orientação dos DG, referiu o caso de alguns países, nomeadamente, o BR, que referiu ter dificuldade em avaliar o período pretendido tendo em conta a sua ausência em parte das ações. Perante esta contingência o SG propôs que estas administrações avaliassem também o ano de 2012. Referiu ainda que outros indicadores poderão ser acrescentados, nomeadamente, por exemplo saber se a exportação teve algum incremento.

A Delegada de PT, reforçou a importância desta matéria, dando o exemplo da Reunião do GTAN. O poder político está atento ao nosso desempenho e para que possamos ter visibilidade temos de arranjar mecanismos para o fazer. Como tal considerou que este documento, que consta em anexo ao documento de trabalho é um começo, mas se calhar está mais orientado para uma avaliação qualitativa do que quantitativa, pelo que tem de ser introduzidas metas.

Como exemplo deu o caso das adesões dos países da CPLP à Convenção do SH, este é um resultado quantitativo. Outro exemplo é o da Convenção de QR, que permite aos países alterar os seus procedimentos, pois trata-se de um verdadeiro Código Aduaneiro, mesmo as administrações que ainda não aderiram já a aplicam. No âmbito desta CQR, um dos indicadores a aferir poderá ser o nº de circulares emitidas com orientações, nº de manuais, etc. Acabou referindo que este assunto se iniciou em TL mas o mesmo ainda tem algum caminho a percorrer.

O Presidente concordou com esta abordagem, tendo sido decidido que os indicadores irão continuar a ser objeto de melhoramento para ser elaborada proposta ao Conselho de DG.

O SG, concluiu dizendo que efetivamente da abordagem deste assunto, ilações tem de ser retiradas, nomeadamente levar ao Conselho a proposta dos indicadores referidos nesta reunião e abordados neste ponto.

## **5. PRINCÍPIOS DE CONDUTA ÉTICA**

### **a) Princípios de Conduta Ética (Anexo VIII)**

O Presidente deu a palavra à Representante do SP, Dra. Paula Figueiredo, que referiu que este tema surgiu a pedido de algumas administrações aduaneiras, no decorrer da 8ª Reunião GTAN, que consideraram que o mesmo deveria ter uma atenção especial, e que os Princípios de Conduta Ética, aprovados em sede de reunião do Conselho, disponíveis no Site da CPLP, precisavam de ser revistos tendo em conta a atual realidade das administrações aduaneiras, tendo em vista o atual desenvolvimento económico, bem como o contexto mundial.

Assim o SP desenvolveu várias iniciativas, designadamente a constituição e composição de um GT, definição da sua metodologia de funcionamento, e definição do seu objetivo. Tendo sido solicitados contributos a todas as administrações, foi remetido pelo BR um documento com alterações, que foi divulgado pelos outros países, tendo AO remetido uma contraproposta, que voltou a ser colocada à consideração do GT, tendo as mesmas sido aceites.

O que se pretende com este ponto da agenda que consta em documento de trabalho, é a aprovação do documento constante no Anexo III do presente ponto, "Princípios Revistos de Conduta Ética das Alfândegas da CPLP" para posteriormente ser presente na reunião do Conselho dos DG, em Outubro, de modo a ser autorizada a sua inserção no site da CPLP.

O SG referiu que se trata de uma matéria ao qual o Conselho de DG deu bastante importância e que o documento apresentado para aprovação se tratava de um projeto saído do GT.

O Presidente colocou à consideração dos presentes o documento contendo os "Princípios Revisados de Conduta Ética das Alfândegas da CPLP", tendo o mesmo sido aprovado, pelo que irá ser presente na Reunião do Conselho para que seja dada a devida autorização à sua inserção no site das alfândegas da CPLP.

### **b) Códigos/Normas de Conduta Vigentes na CPLP (ANEXO IX)**

Trata-se de um ponto informativo, que consta em documento de trabalho, tendo o SP procedido a sua apresentação. O que se pretende com este ponto é dar a conhecer a cada uma das administrações, de forma não exaustiva, o que cada um dos países tem feito relativamente a esta temática, naquilo a que se refere à produção legislativa, ou a orientações.

O Presidente agradeceu a exposição e colocou o tema a debate, apesar de se tratar só de um ponto informativo.

A Delegação de AO, colocou a questão de como se poderia dar a conhecer ao público esta informação.

O SP referiu tratar-se, de uma questão pertinente e considerou que o mesmo poderia ser inserido no site da CPLP, havendo duas soluções, ou o SP, colocaria na parte pública, ou cada um dos países faria a inserção na página de cada país existente no site.

O SG chamou a atenção para o facto das questões da ética serem uma matéria que tem vindo a ser objeto de análise no seio desta Comunidade, concordando que é importante por questões de transparência dar a conhecer ao público em geral o que se tem feito nesta matéria, sugerindo que se coloque na Parte Pública do Site, a legislação que possa ser disponibilizada ao público.

O Presidente colocou o assunto à consideração dos presentes.

A Delegada de PT considerou que esta matéria deve ser disponibilizada ao público em geral, passando a dar o exemplo o caso da AT, onde foi

implementado um Plano de Anticorrupção, que é acompanhado pela Auditoria Interna, que identifica áreas susceptíveis de serem críticas, bem como as formas de eliminar esses pontos críticos, sendo um imperativo os serviços darem a conhecer as medidas que tomam. É importante para o exterior que se transmita o que se faz internamente e por isso esta visibilidade das questões da ética serem muito importantes.

O Presidente deu a conhecer a realidade de MZ, onde existe um Gabinete de Combate à Corrupção, e internamente nos Serviços Gabinetes de Auditoria Interna que encaminham estas questões para as instâncias competentes.

Terminou propondo que o assunto seja levado ao Conselho de DG, o que mereceu aprovação.

## **6. PROJECTO PROLIP<sup>1</sup> - REPRESENTANTE DA CPLP NA OMA (ANEXO X)**

O SG começou por referir que este documento procura fazer um em primeiro lugar um resumo histórico das atividades desenvolvidas pelo Representante da CPLP, e em segundo, fazer um ponto de situação da renovação do atual Representante, Dr. Orlando Mungoi por mais 10 meses naquela organização. O processo de candidatura inicia-se com uma interpelação do SG da OMA ao SG da Conferência. Todos os processos tem decorrido dentro de um clima de harmonia e todas as administrações têm compreendido que a união faz a força. No caso presente do Dr. Orlando Mungoi, todas as administrações apoiaram a sua recandidatura, o que é algo muito importante.

Enalteceu o trabalho desenvolvido pelo Dr. Orlando Mungoi durante o seu primeiro mandato como Representante da CPLP na OMA, desde setembro de 2013 até julho de 2014.

Agradeceu o apoio que todas as Delegações deram no processo de renovação da sua candidatura.

---

<sup>1</sup> Projecto Promoção da Língua Portuguesa

Passou a referir o trabalho desenvolvido pelo mesmo, nomeadamente na tradução dos seguintes relatórios:

- Relatório do Comité de Gestão da OMA;
- Relatório da Comissão Política (Resumo das Conclusões);
- Relatório do Comité Técnico Permanente;
- Relatório do Comité do Sistema Harmonizado (corpo);
- Relatório da Convenção de Quioto Revista;
- Relatório do Comité de Capacitação.

Para além deste trabalho cumpre-lhe elaborar também:

- Relatórios trimestrais sobre a atividade como Representante das Alfândegas da CPLP na OMA.
- Relatório Final de Mandato.

O SG remeteu a análise deste ponto da agenda para o documento de trabalho apresentado.

O SG tendo em conta a ausência do Dr. Mungoi nesta reunião, decorrente de estar em serviço da OMA no Japão, solicitou autorização ao Presidente para ler uma carta do mesmo dirigido a todas as administrações, manifestando o seu agradecimento **(Anexo XI)**.

Terminou propondo uma salva de palmas para o Dr. Orlando Mungoi.

O Presidente agradeceu referindo que o projeto PROLIP tem sido muito importante, pois entre outros, tem permitido pelo menos uma vez por ano na reunião anual da OMA que decorre em Junho, se puder ouvir e falar em português.

Referiu ainda que a Administração Aduaneira da AO tem um Adido Técnico em permanência na OMA, que tem sido bastante importante para o trabalho da CPLP.

Deixa um pedido a todas as administrações para que as delegações apresentem um representante para substituir o Dr. Mungoi quando o mesmo acabar com êxito a sua renovação, em 2014/2015.

Colocou o assunto a debate, tendo a Delegada de PT, referido que o Projeto PROLIP é algo que nos deve deixar a todos cheios de orgulho, pois isoladamente não teríamos conseguido estes objetivos, podendo este ser considerado um indicador de resultado para avaliar o que fazemos.

O segundo aspecto de orgulho é a qualidade das pessoas que lá temos colocado, por isso tanto a administração de Angola como Moçambique, merecem o nosso obrigado. Pois não é qualquer um que tem o perfil adequado, pois quem lá está tem de saber identificar as prioridades e o que é mais urgente. Concluiu referindo que este Projeto é algo que nós temos de continuar a nos empenharmos para que a OMA continue a dar acolhimento às nossas pretensões. O SG da OMA tem apoiado esta Comunidade, o Japão financia, mas depende de nós continuarmos a empenharmo-nos, pois somos reconhecidos enquanto Comunidade.

O SP referiu que na reunião de DG as Delegações já deverão ter uma orientação sobre este assunto.

O Presidente agradeceu e em concordância com o SG irão fazer o reforço deste ponto para que na reunião de DG já possa haver a indicação de um representante.

A Delegada de PT pediu a palavra para referir que este se trata de um resultado muito palpável do programa e quando for feita a avaliação do Programa este é um resultado já atingido pelo que temos de manter esta fasquia de excelência.

Não havendo mais intervenções o Presidente agradeceu dando por findo os trabalhos da agenda para o presente dia. Fez ainda uma breve abordagem à agenda do dia 9, onde já contam as alterações propostas, nomeadamente, uma visita a alguns serviços.

Referiu por último que talvez na quinta-feira, ou noutro momento oportuno iria ser introduzida na agenda uma apresentação da Câmara dos Despachantes, a pedido do Diretor Geral das Alfândegas de MZ.

## **8. TEMA DE ANGOLA (AO): TRAJETÓRIA DA ESCOLA ADUANEIRA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CAPITAL HUMANO DO SERVIÇO NACIONAL DAS ALFÂNDEGAS (ANEXO XII)**

A Delegação de AO, procedeu à apresentação do tema " Trajetória da Escola Aduaneira no Desenvolvimento Sustentável do Capital Humano do Serviço Nacional das Alfândegas".

Começou por agradecer a palavra de incentivo que as delegações deram ao desempenho dos Representantes na OMA, nomeadamente, no que diz respeito ao funcionário de AO, pelo que irão transmitir à Direção este reconhecimento.

Mencionaram o facto de optarem por este tema, devido ao processo de reestruturação que estão a fazer na Escol Aduaneira.

Foi feito um breve historial da EA dividido em 3 períodos; anterior à modernização, o de implementação do programa de modernização e expansão das alfândegas 2001/2011, e o posterior à modernização.

No primeiro período foi referenciado a inexistência de uma estrutura vocacionada para a formação, sendo os assuntos da formação tratados pelos Recursos Humanos. As formações eram ministradas por funcionários experientes e não havia uma planificação das formações.

O segundo período foi caracterizado pela implementação do Programa de Modernização e Expansão das Alfândegas que decorreu entre 2001 e 2011, que se caracterizou pela intervenção de consultores da *Crow Agents*. Foi criada a Repartição de Formação nos Recursos Humanos, tendo sido elaboradas metodologias e procedimentos de formação. Deu-se ênfase à formação de formadores, procedeu-se à Planificação da formação numa base anual, sendo nesta altura as formações dirigidas para as áreas técnicas, de gestão e liderança, comportamento e línguas.

No entanto, estes progressos trouxeram novos desafios.

Já no terceiro período, de sustentabilidade com a aprovação do novo Estatuto Orgânico das Alfândegas em 2011 foi criado o Departamento de Formação (a Escola Aduaneira) foi reestruturada, tendo sido elaborado a Estratégia de Formação e Desenvolvimento de Pessoal

2013/2017, tendo sido definidas a Visão, Missão e Valores e o Regulamento de Gestão de Formação.

A EA comporta duas Secções, a de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal e a Secção de Administração de Estratégia, ambas tem dependentes de si, outras estruturas orgânicas, que dão cumprimento às atribuições destas Secções.

Tendo em conta o território aduaneiro ser muito vasto, foram criados vários núcleos de formação nas regiões.

Com esta reestruturação surge uma nova abordagem da EA, que se baseia num novo modelo organizacional o que deu origem a uma nova estratégia de resposta.

Este processo originou um modelo da análise de necessidades de competências de formação, envolvendo todos os intervenientes, desde o formando ao gestor, permitindo assim, ir de encontro as necessidades da organização. Trata-se de um processo dinâmico.

Outra área que tem merecido particular atenção da EA, é a capacitação de formadores. Foi criado o sistema integrado da gestão dos formadores internos das alfândegas, que define o perfil de formadores que obedece a determinados requisitos, exigindo provas de seleção. Os que são selecionados, vão para o Centro de Formação do Ministério do Trabalho, que os certifica. Após esta fase, os mesmos passam a fazer parte da Bolsa de formadores internos.

Outra área que mereceu atenção foi o Sistema de Avaliação da Formação, até a esta altura a avaliação era feita só até ao segundo nível, estando atualmente no terceiro.

Outro processo em curso é a Estratégia da Língua Inglesa, que consta da capacitação dos funcionários em outras línguas. O caso dos funcionários que temos na OMA, deve-se a esta competência que lhes é dada pela administração. Tendo para sido estabelecidos acordos Escolas locais e com escolas internacionais, tais como a África do Sul e Inglaterra. Terminou referindo que com esta apresentação esperavam

que os presentes dessem novos contributos, tendo em conta que se trata de um processo em evolução.

O Presidente agradeceu a apresentação, referindo que se trata de um percurso muito longo que requerer o empenhamento não só das organizações mas também dos próprios funcionários, pois trata-se de mudar mentalidades e de capacitar recursos.

A Delegada de PT agradeceu igualmente a apresentação referindo que a Escola Aduaneira está bastante bem estruturada e constatou o grande esforço que têm desenvolvido no âmbito do comportamento, pois as competências técnicas são fáceis, desde que as pessoas tenham vontade de apreender, o difícil é mudar comportamentos, e isto é que é difícil.

No caso de PT mencionou o facto de atualmente terem um Centro de Formação que já vinha da ex DGCI, onde se veio a integrar a formação dos funcionários das Alfândegas.

Trata-se de um Centro muito bem estruturado. Lembrou o caso da informatização dos serviços, para dar formação aos funcionários nesta área é necessário que os funcionários tenham conhecimento das novas tecnologias para posteriormente receberem formação na área dos sistemas.

A AT na área da formação tem ações de *monitoring*, entre alfândegas, sendo este método também utilizado na União Europeia, comparando os procedimentos utilizados noutros países, tendo dado o exemplo de casos concretos, como dos aeroportos.

Outro aspecto importante é a avaliação e preparação dos formadores e por ultimo a avaliação do impacto final.

A Delegação de TL, referiu a importância deste tema para a sua administração, pois precisam de melhorar bastante nesta área, levam daqui bons conhecimentos, para uma possível implementação de uma Escola Aduaneira. Terminou perguntado se os formadores são técnicos das Alfândegas.

AO respondeu que as formações não são só ministradas por formadores internos, pois há áreas técnicas específicas, nomeadamente as tecnologias de informação, gestão e liderança que tem de ser assegurada por entidades externas.

A Delegação de TL mencionou o facto de a formação em língua inglesa ser importante, porque dá mais competências aos mesmos.

AO disse que a estratégia não se prende só com a formação em língua inglesa, mas também em francês e mandarim, tendo em conta a atual situação de imigração existente naquele país.

A Delegação de MZ mencionou o facto de também terem uma estratégia nesta área, colocando a questão do modo de financiamento destas formações.

AO respondeu que todos os custos são suportados pela Administração Aduaneira, que tem um orçamento próprio para a formação.

A Delegação de MZ referiu que na apresentação a EA está dividida por regiões, questionando o modo como a mesma é feita, se por províncias ou qual é o critério.

Ao informou que é feita a divisão por regiões aduaneiras.

A Delegação de TL agradeceu a apresentação, referindo o caso de TL que tem em curso a reforma de varias áreas, mas ainda não existe uma EA. Trata-se de um projeto que pretendem implementar, tendo questionado AO se os destinatários da formação é só para os funcionários das Alfandegas ou outros poderão participar.

AO mencionou que o objetivo da EA é capacitar os funcionários aduaneiros, mas paralelamente também dão formação a grupos profissionais que trabalham diretamente com as Alfândegas, o caso da Câmara de Despachantes e da Polícia Fiscal.

A Delegada de PT referiu que no caso da AT, interagem com o exterior dando sessões de esclarecimento e de divulgação, nomeadamente quando se implementam novos sistemas informáticos.

O SG mencionou o facto de os formadores serem credenciados, tendo dado exemplo dos formadores credenciados pela OMA. Perguntou se a administração de AO tem como objetivo apresentar funcionários para serem credenciados pela OMA.

AO referiu que os funcionários que são capacitados não tem de ter o domínio da Língua Inglesa, mas este é um dos nossos outros projetos. Por isso, estão a tentar capacitar técnicos para poderem vir a serem credenciados.

O Presidente agradeceu a apresentação de AO dado se tratar de um tema bastante pertinente. Em linhas gerais o percurso que AO tem feito aproxima-se ao percurso de MZ, não entrou em detalhes, porque se vai fazer a visita ao Instituto de Formação onde poderão ser colocadas questões.

### **9.GRUPO DE TRABALHO DO SISTEMA HARMONIZADO (ANEXO XIII)**

O SG iniciou este ponto da agenda referindo que se trata de ponto informativo, que pretende dar a conhecer os trabalhos desenvolvidos, remetendo para o documento de trabalho.

Mencionou a realização da 49ª Reunião do GTSH, que irá decorrer em Lisboa em maio de 2014, referindo a ainda que este GT tem funções definidas. Congratulou-se com o facto de todos os CPLP já terem aderido à Convenção, com exceção de TL, que ainda não aderiu, mas já aplica a nomenclatura do SH.

A novidade deste GT tem a ver com os dias de duração da reunião, que em decisão tomada pelo Conselho de DG, passou de 7 para 10 dias úteis.

A Delegada de PT começou por referir que a AT irá acolher a próxima reunião em maio, tendo os convites já sido assinados pelo DG da AT, o que se trata de um motivo de orgulho. Constatou que o GT tem desenvolvido um trabalho muito importante.

O Presidente agradeceu os contributos da delegada de PT sobre este tema, bem como o empenhamento de PT e do SG para resolver algumas questões que se prendiam com a realização do mesmo, nomeadamente o tempo de duração das reuniões, que por ora está resolvido.

### **10.Tema de Portugal (PT): “Defesa dos Direitos de Propriedade Intelectual” (Anexo XIV)**

A Delegada de PT, Dra. Ana Paula Raposo deu início à apresentação de Portugal, informando que a escolha do tema se deveu à atualidade do mesmo, tanto no seio das administrações aduaneiras, bem como o empenhamento político nesta área.

Este fenómeno está em crescente, representando já 10% do comércio mundial.

Em PT a matéria de registo de marcas e patentes compete ao Instituto de Propriedade Intelectual (INPI), existindo um GT designado, de GT Anticontrafação, que envolve todas as entidades com competência nesta matéria, a AT, a ASAE e polícias, sendo o Grupo coordenado pelo INPI.

No caso de PT, este rege-se por normas comunitárias muito específicas, que obriga a que o dono da marca ateste a autenticidade do produto, se assim o não fizer, a mercadoria tem de ser desalfandegada, foi colocado o ónus no dono da marca.

O problema da contrafação tem aumentado com as compras feitas por internet, que abrange os mais diversos produtos, nomeadamente, os medicamentos.

A contrafação inibe a inovação e prejudica a competitividade, destrói empregos lesando as receitas públicas, ameaçando a saúde e a segurança dos cidadãos.

PT tem uma boa prática de cooperação com a entidade que tem a competência na área do medicamento, sendo reconhecido na UE como uma boa prática.

As alfândegas têm um papel fundamental, pois a partir do momento em que a mercadoria que entra em livre prática num EM, passa a circular livremente nos vinte e oito EM. Compete-nos assim a proteção dos interesses financeiros da EU e a proteção dos seus cidadãos.

A missão da AT e das alfândegas em geral é a defesa dos DPI. Somos a primeira autoridade de controlo nesta área nas fronteiras. A UE em 2013 criou um regulamento que veio reforçar o papel das alfândegas. Passou a referir as principais inovações deste regulamento.

No caso de PT foram criados Pontos de Contacto local, em cada alfândega e intensificou-se o controlo das mercadorias adquiridas via Net.

Em seguida apresentou uma análise estatística dos resultados obtidos nesta área onde se pode constatar os bons resultados alcançados.

Comprometeu-se em enviar através do SP o diploma nacional sobre esta matéria e o novo regulamento.

O Presidente agradeceu mais uma vez à Delegada de PT a apresentação bastante detalhada, referindo que no caso de MZ não existe uma grande interligação com a entidade competente nesta matéria.

A Delegação de MZ perguntou a PT como é que conseguem tão bons resultados nesta área, se existem entidades externas que também contribuam para estes resultados

A Delegada de PT informou que os funcionários aduaneiros já têm um vasto conhecimento nesta matéria, reforçado pela cooperação com entidades externas que já conhecem o mercado e empresas titulares de direitos, fazendo ações de formação, dando a conhecer os pequenos detalhes que nos levam a identificar a contrafação. Deu o exemplo de dois casos concretos, a *Luis Viton* e a *Simlampos* (empresa portuguesa).

A Delegação de TL solicitou informação quanto aos medicamentos originais e os genéricos, como se atua em PT.

PT referiu que ambos têm por base a substancia ativa, a diferencia dos genéricos são os outros componentes, sendo estes igualmente legítimos. Diferente é a questão dos produtos contrafeitos, sobre estes é que as marcas tem de atestar a sua autenticidade.

A Delegação de AO questionou se em PT são as autoridades aduaneiras que atuam só por si, ou as próprias empresas interagem com as alfândegas.

A Delegada de PT referiu que são as duas situações, ou é a administração que intervêm ou é a empresa que faz uma denúncia prévia.

O SG comprometeu-se através do site a disponibilizar esta informação no que for possível estar disponível ao público.

O Presidente agradeceu a intervenção da Delegada de PT, concordando com o SG no que se refere à disponibilização da legislação.

## **11. GRUPO DE TRABALHO DA CONVENÇÃO DE QUIOTO REVISTA (ANEXO XV)**

O SG informou que em relação ao GTCQR esta só ainda realizou a 9ª Reunião, em março do corrente ano, ao contrário do GT do SH, que irá realizar a 49ª Reunião, em maio de 2014.

Este GT privilegiou o trabalho de modo virtual, sendo um dos seus objetivos a publicação das traduções no site da OMA. Referiu que um dos objetivos fundamentais dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos, é o de permitir um maior conhecimento da matéria que versa a Convenção e uma maior adesão das Administrações Aduaneiras à mesma.

No que diz respeito à 9ª reunião do GT que decorreu em Cabo Verde, no corrente ano, foi realizado em simultâneo um Seminário que foi ministrado por um formador da OMA, tendo o seminário sido assegurado financeiramente por esta Organização.

Refira-se, em termos de balanço, que este Seminário atingiu os objetivos previstos no âmbito de reforço de capacitação.

Considerando que já se encontra concluída a harmonização da Convenção de Quioto Revista: do Anexo Geral, dos Anexos Específicos e das Diretivas do Anexo Geral, bem como dos seus Anexos e Apêndices, foi decidido pelo GT, por unanimidade, que deverá ser dado conhecimento do trabalho já desenvolvido, conforme Relatório da 9ª

Reunião, aos Diretores Gerais das Alfândegas da CPLP, na próxima Reunião do Conselho, em Outubro do corrente ano, disponibilizando-o em modo informático. Neste sentido, o SG lembrou os trabalhos já concluídos e sobre aqueles que estão por ser finalizados, nomeadamente:

Encontra-se concluído: o Corpo da Convenção, o Protocolo de Revisão, o Anexo Geral, os Anexos Específicos, as Diretivas dos dez Capítulos do Anexo Geral e os Apêndices e Anexos das Diretivas do Anexo Geral.

Em curso: as Diretivas dos dez Anexos Específicos da Convenção de Quioto Revista e as atualizações produzidas no âmbito das reuniões do Comité de Gestão da CQR.

O SG agradeceu o esforço de todos neste trabalho, que contribuiu efetivamente para a divulgação deste importante Instrumento da OMA, concluindo que o trabalho do GT é válido, é reconhecido e, principalmente, é útil a todas as administrações aduaneiras da CPLP.

Mas outros desafios se apresentam, nomeadamente quais as próximas tarefas do GT, assim, e no decorrer da última reunião foi decidido por unanimidade, que deverá ser dado conhecimento do trabalho já desenvolvido, conforme Relatório, aos Diretores-Gerais das Alfândegas da CPLP, na próxima Reunião do Conselho, em Outubro do corrente ano, disponibilizando-o em modo informático.

Por último mencionou o facto deste trabalho que tem sido prosseguido no seio do GT vir a ser disponibilizado, nunca deixando de ter presente a questão dos direitos de Autor da OMA.

O Presidente, agradeceu a exposição feita pelo SG relativamente a este ponto.

A Delegada de PT referiu os excelentes trabalhos desenvolvidos por este Grupo, pois esta Convenção é um verdadeiro Código Aduaneiro Internacional, pelo que é demais importante para a capacitação.

No que se refere aos Direitos de Autor que a OMA requer informou que pelo menos durante os próximos 3 anos, a OMA não irá continuar a persistir neste assunto, pois procedeu a inquéritos muito rigorosos,

quanto ao que se faz com a documentação produzida e o assunto foi de novo remetido para um estudo que deverá apresentar novas propostas.

O Presidente agradeceu os contributos da Delegada de PT sobre este tema dando por finda a sua discussão.

## **12. SITE DAS ALFÂNDEGAS DA CPLP**

### **a) Propostas de alteração - relatório da 4ª reunião do GT do Site**

A Representante do SP fez a apresentação do tema, utilizando recursos em *power point*, elaborada por funcionários dos sistemas de informação da AT de Portugal, com informação estatística detalhada, nomeadamente do número de acessos ao Site, de páginas consultadas, da distribuição geográfica dos visitantes e de quais as páginas mais visitadas. Referiu ainda os novos conteúdos inseridos no site, bem como metas a atingir pelo Grupo de Trabalho em 2013-2015. **(Anexo XVI)**.

Referiu que para além do SP e dos Pontos de Contato designados por cada administração aduaneira, o site conta com o apoio de funcionários dos sistemas de informação da Autoridade Tributária e Aduaneira de PT, que são indispensáveis para o seu funcionamento.

Remetendo para documento de trabalho, **(ANEXO XVII)** mencionou que após a realização de uma primeira reunião física e dadas as restrições orçamentais existentes, a fim de dar continuidade ao site, foi decidido adotar o formato de Grupo de Trabalho Virtual, na sequência da impossibilidade de o realizar presencialmente

O SP, em seguida, deu conhecimento às diversas Administrações de que a 5ª Reunião do GT do Site da CPLP, a realizar em novembro de 2014, será novamente em formato virtual, conforme foi decidido pelo Conselho de Diretores Gerais, em Timor.

Chamou ainda à atenção quanto à necessidade de se reforçar junto de todas as administrações a importância de cada País designar dois Pontos de Contato, para acompanharem as questões do site.

O SP alertou, ainda, para o fato de que estas reuniões não deverão ser sempre virtuais, sendo que deveria ocorrer mais reuniões presenciais, pois o Grupo de Trabalho não consegue ter sustentabilidade se não se reunir presencialmente com alguma frequência, ainda mais um GT como o do Site que tem muitas questões técnicas e práticas.

Abordou as conclusões saídas da última Reunião do GT, nomeadamente, a inserção de novos conteúdos, tendo referido que esta questão tem de ser objeto de autorização na reunião do Conselho.

Referiu o empenhamento dos representantes das administrações aduaneira, durante o decorrer da 4ª Reunião do GT do Site, bem como dos sistemas de informação e da Direção de Serviços de Formação da AT, que foram inexecutáveis no apoio que prestaram.

Apresentou ainda a forma como irá ser disponibilizado no site a Bolsa de Formadores, remetendo esta questão para o ponto 20 da agenda.

O SG ressaltou o papel do Site, que permite às administrações aduaneiras da Comunidade conhecerem melhor a prática das outras administrações, e por outro lado, considerando que é um site público, a importância que o mesmo tem na prestação de informação à sociedade. Relembrou os temas discutidos, apresentados em power point, durante a presente reunião, bem como a decisão de alguns virem a ser disponibilizados no site.

Nesse sentido, o SG solicitou que seja reforçado o trabalho do GT e que novos conteúdos sejam inseridos.

O Presidente agradeceu a apresentação e referiu a importância deste site tanto no seio da nossa comunidade, bem como do interesse para o público em geral.

SG referiu que novos desafios se apresentam, pelo que pediu aos presentes que apelando ao espírito de inovação e que indicam novas matérias para serem introduzidas.

Uma das matérias que irá ser introduzida será o do Carta Ética, outra será as apresentações que acompanham os relatórios, desde que as administrações não se oponham. SG propôs aos presentes a disponibili-

zação na parte privada do relatório e das apresentações na parte privada, das ações de 2014 e também as do PICAT III.

Outro desafio será a inscrição dos currículos dos reformados, e ainda a visibilidade que se quer dar aos dois GT o da CQR e do SH.

O Presidente colocou o assunto a debate, tendo as delegações presentes anuído a disponibilização dos relatórios e das apresentações, bem como dos CV dos reformados na parte privada do site.

### **13. E 14. VISITA AO CENTRO DE OPERAÇÃO DA JUE E AO INSTITUTO DE FORMAÇÃO TRIBUTARIA E FINANÇAS PÚBLICAS**

A Autoridade Tributária de Moçambique, Direção Geral das Alfândegas, providenciou uma visita ao Centro de Gestão da Janela Única Eletrónica. Trata-se de um centro de excelência gerido pela empresa SGS, Alfândega e Associações empresariais no quadro de uma PPP.

O modelo foi inspirado na gestão existente em Singapura contudo procurou-se corresponder às especificidades de Moçambique.

É um projeto estruturante que permite uma gestão mais eficiente e eficaz de todo o processo de desalfandegamento no quadro dos vários regimes aduaneiros e que foi implementado desde 2010 com a aprovação do Diploma Legal suporte.

Tem como objetivo dotar as alfândegas de instrumentos para a facilitação do comércio e melhoria do ambiente de negócios com soluções inovadoras com o objetivo de facilitar o comércio internacional. Permite já o processamento eletrónico em toda a fase do processo desde o envio do manifesto, ao envio da declaração aduaneira para todos os regimes aduaneiros, até à concretização do desalfandegamento das mercadorias.

A JUE contém dois subsistemas informáticos que interagem entre si, sendo o CMS (*Customs Management System*) para suporte da gestão aduaneira e de uso interno exclusivo das alfândegas e o *Tradenet* que permite a interligação com todos os utilizadores, nomeadamente

despachantes, agentes de navegação, operadores portuários, terminais de mercadorias e bancos.

Igualmente é de âmbito nacional aplicável em todas as alfândegas.

A JUE permite o processamento de declarações aduaneiras 24h, 365 dias por ano. Contém módulos de gestão de risco, pagamento de impostos e taxas em qualquer dos bancos parceiros, desalfandegamento automático, monitorização permanente de todas as declarações e serviços a nível nacional.

Igualmente apresenta a grande vantagem do envio imediato e rigoroso das estatísticas do comércio externo ao INE.

Do ponto de vista da monitorização e segurança dos sistemas e das infraestruturas também resultou evidente que a JUE garante um padrão de grande qualidade, sendo que os sistemas estão disponíveis quase permanentemente com uma taxa de disponibilidade de 99%.

As delegações presentes expressaram a sua satisfação pela visita e informação prestada. PT solicitou alguns esclarecimentos, nomeadamente:

- Considerando que a AT abrange impostos e alfândegas, se esta estrutura inclui ambas as áreas. Foi esclarecido que trata apenas de procedimentos aduaneiros, com acessos totalmente separados, sem prejuízo de se perspetivar no futuro haver partilha interna de informação.

- Foi também solicitada informação sobre a infra-estrutura disponível, tendo sido esclarecido que há vários servidores, para o processamento em real, para *backups*, para segunda linha caso haja problemas de funcionamento de primeira linha.

- Sobre a questão se há contratação externa de empresas de informática, foi esclarecido que os recursos são totalmente internos, contratados entre os melhores e pagos em conformidade, sendo fundamental a estabilidade dos mesmos face à necessidade de conhecimentos sólidos da complexidade do negócio aduaneiro decorrente da complexidade de regimes.

-Sobre onde é ministrada formação a estes funcionários, foi referido que em várias partes do mundo tendo sido dado o exemplo da escola universitária da ORACLE na África do Sul.

## **15. DIPLOMAS LEGISLATIVOS**

### **a) Memorando Antifraude entre as Alfândegas da CPLP (Anexo XVIII)**

O Secretariado Permanente, pela Dra. Paula Figueiredo, apresentou o documento de trabalho, referindo que o mesmo faz uma breve resenha histórica de como surgiu no seio das administrações aduaneiras da CPLP a proposta de elaboração de um Memorando Antifraude.

Referiu que após se ter chegado a acordo sobre o conteúdo do memorando, foi decidido por todas as administrações que o SP faria circular o original por todas as administrações para assinatura.

O SP informou que o Memorando à data, foi assinado por todos os países da CPLP, com exceção do Brasil, pelo que para os países que já assinaram, já se encontra em vigor.

Informou que este documento é um instrumento bastante utilizado na troca de informações, entre as várias administrações.

O Presidente perguntou às delegações se tinham comentários a este ponto da agenda.

O SP solicitou a todas as delegações que confirmassem se os Pontos de Contacto designados no Memorando ainda estão atuais e, em caso negativo, que seja indicado o novo Ponto de Contacto.

A Delegada de PT referiu que este Memorando tem sido bastante útil e que esperava com bastante expectativa o desenvolvimento desta questão, no que refere à assinatura do mesmo por todos os países.

O SG referiu que este Memorando é muito importante e que se trata de um instrumento muito importante na luta contra a fraude, algo que se encontra nas prioridades da esfera política, tendo em conta as implicações que têm a vários níveis, nomeadamente, na diminuição da receita.

O Presidente agradeceu a exposição, reforçando a importância do Memorando e informando que o Ponto Focal de MZ se mantém e que têm sido feitos vários pedidos ao abrigo deste Protocolo.

**b) Convenções Aduaneiras celebradas no âmbito da CPLP (Anexo XIX)**

A Representante do SP referiu que se tratava de um ponto informativo, remetendo para o documento de trabalho.

Informou que Angola, Cabo Verde e Portugal já tinham ratificado as convenções, pelo que para estes países já se encontravam em vigor, produzindo os seus respetivos efeitos legais.

Quanto aos restantes países continua-se a aguardar que conclua os respetivos processos de ratificação.

No que se refere ao Brasil, a informação que foi transmitida na 8ª Reunião do GTAN, é de que faltava ser assinado o decreto presidencial.

O SG informou que estas convenções são o suporte legal do Protocolo que institui a Conferência de DG, pelo que deverá haver um esforço por parte das delegações que ainda não ratificaram para que o façam.

O Presidente referiu que irá ver em que situação se encontra o processo de ratificação das convenções no que diz respeito a MZ.

**16. TEMA DE MOÇAMBIQUE (MZ): "O IMPACTO DA DISPONIBILIDADE DE INFORMAÇÃO EM TEMPO REAL NA MAXIMIZAÇÃO DA COLECTA DA RECEITA" (MOÇAMBIQUE) (ANEXO XX).**

O Diretor Geral de MZ, Engenheiro Guilherme Mambo apresentou o tema "O Impacto da disponibilidade de informação em tempo real na maximização da colecta da receita", referindo que a sua escolha se deve à implementação da JUE e o seu impacto na cobrança de receita.

A JUE foi implementada em 2011 e antes desta data era difícil obter dados. Por isso é tão importante usar adequadamente em tempo útil a

informação para definir a melhor estratégia em particular para maior eficácia na obtenção de receita, neste preciso momento os dados já são processados electronicamente. A disponibilização da informação em tempo real é algo muito importante. Para assegurar o sucesso, na prestação de um serviço de qualidade, mas também garantir o sucesso dos operadores económicos, temos de ter a informação em tempo real, este é o sucesso da JUE.

Este foi um dos pontos principais na criação da JUE, ela foi criada baseada em modelo existente noutro país, mas com a especificação de critérios necessários para MZ.

Passou da situação da disponibilização da informação em suporte papel, pouco fiável e de difícil tratamento e conservação, para a informatização. Hoje com a introdução de novas tecnologias a gestão e transferência da informação por meios electrónicos, ajuda a reduzir custos para a AT, mas também para o contribuinte, pois quanto mais célere for o processo aduaneiro, mais benefício o operador económico obtém.

Deu o exemplo de alguns casos práticos em que é possível obter esta informação, como os manifestos de carga, aviso de chegada, confirmação de início de descarga, declaração aduaneira, documentos de apoio à declaração, informação sobre os meios de transporte, decisões tomadas por diferentes intervenientes no processo de desembarço.

Também a utilização eficiente e eficaz da informação no âmbito da *intelligence* para prevenção e reação em tempo útil e imediato, é também um elemento fundamental.

Depois referiu quais são os desafios atuais, em particular, o domínio das tecnologias ainda é limitado, apesar de todos os funcionários utilizarem os computadores, é fundamental a gestão da mudança e da atitude. A relutância de passar o controlo da forma (documento) para o controlo do conteúdo (informação), é outra dificuldade, existe uma relutância normal das pessoas, por exemplo quando se diz, utilize o documento

digitalizado, o funcionário diz que não porque o mesmo pode ser falso é preciso o original. Esta é a dificuldade, mudar a atitude!

Os nossos erros e dificuldades podem no seio deste grupo vir a servir a outras administrações, dando-lhes conhecimentos através destas nossas reuniões das dificuldades que tivemos para implementar este sistema, na área do uso de tecnologia de informação para o fortalecimento institucional

Constitui um imperativo o incremento da cooperação entre as administrações aduaneiras da CPLP, a partilha de experiência na área de uso de tecnologias de informação para o fortalecimento institucional na área de desembaraço aduaneiro, conforme recomendações da OMA.

A eficiência da administração fiscal é uma componente essencial da boa governação e uma fraca administração fiscal é uma aliada forte da corrupção e má gestão da economia.

O Presidente agradeceu e solicitou aos presentes comentários.

A Delegada de PT referiu que a apresentação colocou o ênfase e a mudança da atitude das pessoas, em PT não temos ainda a excelência de um Centro integrado como em MZ, pois temos estabelecido fases graduais, que implicam um grande investimento, mas sobretudo porque iniciámos o processo há mais tempo, enquanto MZ partiu da quase inexistência para uma implementação generalizada das alfândegas electrónicas.

Deu uma ideia da Janela Única Portuária no caso de PT, onde ainda não é possível retirar ao momento toda a informação do sistema, o sistema dá informação, mas tem de ser feito por consulta.

Gostaria de sublinhar o aspecto muito importante da mudança de mentalidades, pois passar do papel, para a informatização torna-se sempre algo difícil. Para isso a gestão de topo é muito importante, pois a alocação de meios a estas alterações envolvem a definição de uma estratégia na gestão dos RH e também custos. Mas também as chefias intermédias a nível de alfândegas, têm um papel muito importante, pois

elas é que lidam diretamente com os funcionários e deverão ter a capacidade de motivar.

O sucesso de mudança de paradigma passa muito pela gestão de topo e intermédia, pois este é o futuro.

A reengenharia do processo implica uma alteração importante, pelo que colocou a questão de como foi possível obter em tão pouco tempo alterações tão significativas tanto na reengenharia dos processos como nas mudanças de mentalidades.

Outra questão é o da boa governação, como está a ser equacionada face a este mundo novo que enfrentamos. Acabou mais uma vez agradecendo a exposição.

O DG de MZ, referiu que a vantagem de terem começado mais tarde permitiu-lhes aprender com os erros dos outros. Referiu a visita que fez durante uma semana a Lisboa, à ex DGITA e às Lojas dos Cidadão, tendo ficado com a vontade de implementar medidas idênticas.

Quanto à mudança de mentalidades é algo que tem de ser feito diariamente com muita persistência.

A outra questão é a interligação entre os vários intervenientes, por isso tem estabelecido contactos com outras entidades, para que tal aconteça.

Quanto ao sistema implementado demorou mais tempo a decidir que iriam mudar (o que começou em 2003) do que a fazer a introdução, demorou 7 anos. Este salto foi dado em 2010, quando saiu um decreto, depois disto demorou 18 meses.

Deu o exemplo de se poder já fazer online os pedidos de isenção, contudo há muita resistência interna e externa, pelo que por vezes não são otimizadas as ferramentas disponíveis.

A questão da reengenharia de processo é algo muito importante, as pessoas tem de ter confiança. A gestão do tempo na organização é algo fundamental, o tempo custa dinheiro.

A gestão dos recursos humanos e a questão financeira também é muito importante pois temos de trabalhar para que se possa ter menos custos para os contribuintes.

A Delegação de AO, agradeceu a experiência da visita à JUE, referindo que em Angola ainda têm muitas dificuldades no acesso à informação, indo transmitir esta experiência à Direção, pelo que talvez venha a ser colocada a hipótese de contactos bilaterais.

O DG informou que está disponível a trabalhar em conjunto com Angola, estando neste momento a analisar um Protocolo de memorando enviado por aquele país, pelo que talvez se possa introduzir esta matéria.

A Delegação de TL felicitou o DG pela apresentação, mas gostaria de saber como MZ atua no âmbito da troca de informações com outros países, antes da chegada das mercadorias e passageiros.

Quanto à questão de TL, a JUE a sua evolução nunca pára, na via área o *airway bill* ainda é entregue em suporte papel, mas vai passar a ser electrónico.

Estão a trabalhar com África do Sul para que exista esta troca de informações, das importações e exportações recíprocas teve de ser feito uma adenda, que já foi autorizada pela administração de MZ, falta ainda a autorização de África do Sul, no entanto já recebem a informação mas ainda não a podem utilizar, só o fazem para irem testando o sistema.

A JUE tem um módulo que permite a terceiros países acederem a determinada informação, por exemplo alguém exporta uma mercadoria de MZ para outro país, esse país recebe logo essa informação. Eles é que vão dizer se receberam as mercadorias, pois existe muitas falsas declarações de exportação nesta área. Esta é uma das orientações da OMA.

A Delegação de TL solicitou informação quanto aos serviços de inteligência.

O DG explicou que existe um serviço da área de *intelligence*, que está ligado a todo o país, para aceder é preciso ter um nº próprio, onde é

carregada toda a informação não só a aduaneira mas outra considerada relevante.

Referiu que o RILO da OMA está sediado agora em Maputo.

A Delegada de PT questionou se o RILO interage directamente com a JUE.

O DG referiu que não há interligação, estão a trabalhar numa base de dados que fique ligado a JUE, mas não é permitida a ligação direta à base de dados da OMA.

A Delegada de PT questionou se todos os documentos são permanentemente digitalizados.

O DG referiu que já está definido quais são os documentos que têm de ser obrigatoriamente digitalizados em todas as operações.

O SG agradeceu a Visita que foi proporcionada à JUE, tendo a mesmo começado a dar frutos, pois já despertou o interesse de outras administrações.

## **17. PROGRAMA PICAT IV**

### **a) Ações patrocinadas pela OMA (Anexo XXI)**

O SG iniciou a apresentação deste tema informando que a questão da Assistência Internacional da OMA foi abordada, pela primeira vez, durante a *XXV Reunião do Conselho de Diretores-Gerais das Alfândegas da CPLP* que teve lugar em Moçambique, em outubro de 2010, tendo sido decidido que os Diretores-Gerais deveriam solicitar a ajuda da OMA no sentido de serem apoiados projetos, de interesse comum, para as Alfândegas da CPLP. No decorrer da *XXVIII Reunião do Conselho* o representante da CPLP na OMA avançou com uma proposta da OMA, no sentido da realização de um Seminário sobre a Convenção de Quioto Revista, aquando da Reunião do Grupo de Trabalho, a ser ministrado por um perito acreditado pela OMA, nesta matéria.

O Seminário sobre a Convenção de Quioto Revista resultou, assim, de um pedido apresentado à OMA, pelas Administrações Aduaneiras da

CPLP, para promover a obtenção de financiamento para a realização de ações, de âmbito multilateral na CPLP e que teve como resultado a realização do citado Seminário para fomentar o reforço de capacitação das Alfândegas dos países da Comunidade Lusófona. A sua realização demonstra que tipos de ações, com o patrocínio da OMA, são da maior importância para as Administrações Aduaneiras da CPLP que podem contar com o apoio desta Organização Internacional para promover o reforço da sua capacitação na cena do comércio internacional global.

O SG terminou solicitando às delegações que mandatassem o SP para junto da OMA solicitar o financiamento de mais ações deste género, nomeadamente, no âmbito do recente AFC, que poderá ser realizado aquando da Reunião do GTCQR.

Presidente solicitou aos presentes que se pronunciassem, tendo sido mandato o SP para estabelecer estes contactos.

#### **b) Pontos Fortes e Fracos de Execução do Programa (Anexo XXII)**

O Presidente passou ao ponto 17 b) da Agenda, onde se avaliam os Pontos Fortes e Fracos da execução do Programa PICAT, tendo dado a palavra ao SG.

O SG referiu que se trata de um ponto da agenda habitualmente tratado nestas reuniões, para que, com transparência, se analisem as situações no sentido de se poder melhorar a parte logística e a organização das ações, entre as diversas Administrações Aduaneiras, o SP e o GPEARI (organismo financiador do programa) e que faz parte de um documento de trabalho. Referiu que este tema já tinha sido abordado no ponto 4, pois ai também já é referido os pontos fortes e fracos, como complemento aos Indicadores de Avaliação. Deixa a recomendação no relatório para que as estatísticas não sejam esquecidas. Este é o caso da JUE que já transmite esta informação, já podem saber que trocas

têm tido com os outros países. Solicitou as administrações que fizessem chegar essa informação ao SP para ser introduzido no site.

Foram salientados como Pontos Fortes o bom entendimento com os interlocutores das diversas Alfândegas, a boa colaboração que sempre tem existido, apesar de algumas dificuldades que ocorram, destacou também o excelente relacionamento entre o SP e o GPEARI, bem como o apoio ao Financiamento pelas Administrações Aduaneiras, nomeadamente o caso se AO que sempre que possível tem dado o seu contributo, tendo havido sempre excelentes relações com as mesmas.

No que se refere às relações com a OMA também pode ser considerado um ponto bastante forte as relações entre o SG da OMA e o SG da Conferencia, bem como as excelentes relações entre o SP e o representante CPLP da OMA, são pontos considerados bastante positivos.

Quanto aos Pontos Fracos foi salientado a necessidade de serem enviados os Convites pela administração aduaneira anfitriã da ação, o mais cedo possível, bem como a indicação dos participantes e dos temas da agenda (o que permite às restantes delegações se poderem preparar para a discussão dos temas), a fim de se elaborar tempestivamente o projeto de agenda a divulgar pelos respectivos participantes.

Foi, também, abordada a questão dos Vistos, os quais devem ser tratados por cada participante.

Outro ponto considerado fraco é a diminuição do número de ações, devido às restrições orçamentais, o que originou uma diminuição anual de seis ações do Programa PICAT III para o Programa PICAT IV.

Quanto à questão da representatividade nas reuniões do GTAN e do Conselho de DG, é premente que a nomeação das delegações seja adequada, pois se no GTAN se tratam de questões técnicas a fim de

preparar os temas da reunião de DG, deverão ser dirigentes a participar, já no que se refere às Reuniões do Conselho, deverão estar presentes os DG.

O Presidente solicitou às delegações que se pronunciassem.

A Delegada de PT, agradeceu ao SG a apresentação clara e precisa, mas gostaria de salientar algumas questões, nomeadamente, a execução do programa. Como exemplo referiu a escassez de recursos humanos, ao afectarmos recursos a estas ações ficamos com obrigações acrescidas, partindo-se do pressuposto que é parte das nossas prioridades. As questões da adequada representação, as questões logísticas, são questões que têm de ser acauteladas.

A Delegação de AO, considera que este assunto deve ser levado à reunião do Conselho, para que os mesmos se pronunciem quanto à importância que estamos a dar ao programa.

O SG secundou a observação de AO, a reunião de DG, que se irá realizar naquele país é muito importante, pelo que solicitou que ficasse mencionado no relatório esta questão para que na próxima reunião do Conselho a realizar naquele país, seja um ponto de viragem nesta matéria.

O Presidente agradeceu a intervenção do SG, salientando os pontos fortes que é expectável que se mantenham.

Quanto aos pontos fracos, acha que os mesmos são meras questões administrativas, pelo que propõe que cada país nomeie um funcionário que fique encarregue desta reunião, devendo o mesmo ficar responsável pelas restantes procedimentos.

O SG referiu o caso de Brasil que já nomeou um ponto focal para as questões do PICAT, considerando ser esta uma boa proposta.

A representante do SP, referiu que as administrações também poderão indicar um ponto de contacto para a reunião em causa.

A Delegação de AO informou os presentes de que já tem este procedimento, quem segue este assunto é a área da Cooperação, estando a mesma designada para o seu acompanhamento.

O Presidente agradeceu a intervenção, mas tendo em conta a ausência de quatro delegações, ficou acordado na presente reunião, levar este assunto ao Conselho dos DG, para que para no PICAT seja definido um ponto de contacto.

Cada uma das Delegações presentes indicou o seu ponto de contacto, no caso de AO, a Dra. Ernestina Filipe, no de Timor Leste, o Dr. Francisco Gonçalves, no de Moçambique a Dra. Ana Luísa e para Portugal a Dra. Paula Figueiredo e Dra. Deolinda Simões (ambas pertencentes ao Secretariado Permanente).

O Presidente solicitou ao SP, que por e-mail peça esta informação a STP, Cabo Verde e Guiné-Bissau e depois o comunique a todos. Quanto ao Brasil já foi comunicado no início deste ano o nome do ponto de contacto.

**18. TEMA DO REPRESENTANTE ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS  
ALFÂNDEGAS (OMA): "ACORDO DE FACILITAÇÃO DO  
COMERCIO DA OMC NA PERSPETIVA DA OMA E DAS  
ALFÂNDEGAS (ANEXO XXIII)**

Devido a um imprevisto não foi possível ao representante comparecer tendo no entanto remetido a sua apresentação.

## **19. APRESENTAÇÃO DE TIMOR LESTE (TL) "SISTEMA DE PROCESSAMENTO DAS DECLARAÇÕES PRÉVIAS À CHEGADA DE MERCADORIAS (ANEXO XXIV).**

O Delegado de TL discorreu sobre o tema de sistema de processamento das declarações prévias à chegada de mercadorias ao território de Timor Leste. Começou por fazer um breve enquadramento da matéria, bem como o suporte legal da mesma. De seguida referiu os circuitos bem como os procedimentos utilizados. Referiu ainda que este procedimento permite aos comerciantes entregar o manifesto electrónico de carga e documentos únicos (DAU) e outra informação necessária para as alfândegas. Mencionou ainda o Acordo *ASEAN* e o seu alinhamento com normas internacionais.

Terminou referindo os benefícios do mesmo, tais como reduções de atrasos nas fronteiras, melhoria da gestão de recursos humanos e redução de tempo, entre outros.

O Presidente agradeceu e pediu contributos.

A Delegada de PT agradeceu a apresentação do tema e felicitou os mesmos pelo lema "Honestidade e coragem". Quanto à apresentação permitiu ver que já existem bastantes procedimentos electrónicos, através do *Asycuda*. Tendo ficado com a ideia de que antes da chegada da mercadoria a declaração pode ser feita, mas antes do barco chegar a mercadoria já pode estar desalfandegada? Em PT isto não é possível acontecer, por diversos motivos, o barco não chegar, ou haver entretanto alterações de taxas, de novos impostos, etc, só assim é que pode ser desalfandegada.

A Delegação de TL referiu que a mercadoria só é desalfandegada quando for presente fisicamente às autoridades aduaneiras e só depois de cumpridos todos os requisitos, é que a mercadoria poderá ser desalfandegada.

O SG colocou a questão dos despachantes oficiais, que manifestaram no passado receio em relação à informatização, se essa questão estava resolvida.

A Delegação de TL, informou que fazem várias ações de formação para os sensibilizarem para a matéria, estando neste momento registados 21 despachantes aduaneiros.

A Delegada de PT, quis chamar a atenção para o caso da informatização, dando o exemplo de PT, onde foi elaborada legislação específica que obriga a que os operadores económicos se preparem dando-lhes três meses para aderirem ao sistema.

A Delegação de MZ, agradeceu a exposição referindo que TL é privilegiado dado estar numa região a ASEAN, que é muito avançada nesta matéria, e solicitou informação se em TL existe, ou está em uso a inspeção pré embarque, e se a afirmação for positiva, como é que a Administração de TL tem enquadrado a PSI no sistema de processamento das declarações prévias à chegada de mercadorias?

A Delegação de TL, em resposta referiu que na Administração Aduaneira de TL não existe declaração de pré-embarque. Existe para os casos de importação de veículos legislação específica. De acordo a lei timorense para os veículos é necessário que o ano de produção seja de 5 anos. Se assim não for o veículo é reexportado dentro de 30 dias e se o dono não o fizer é perdido a favor do Estado, de acordo com a legislação de TL.

A Delegada de PT esclareceu que em PT não existe a declaração de pré-embarque, mas existe uma legislação que obriga a que a documentação seja remetida antecipadamente para o primeiro porto de entrada na EU, se tudo estiver conforme é enviado através do sistema uma indicação de "Conforme" e a mercadoria pode embarcar.

Quanto à declaração pré-embarque não é uma questão aduaneira em PT, contudo tem conhecimento que na fase de exportação algumas cargas têm intervenção de empresas que certificam informação pré-embarque a apresentar posteriormente nos países de destino

A finalizar este tema o SG felicitou a Delegação de TL pela excelente apresentação.

## **20. CRIAÇÃO DE BASE DE DADOS DE FUNCIONÁRIOS REFORMADOS QUE PRETENDAM EXERCER FUNÇÕES NUMA ADMINISTRAÇÃO DA CPLP (ANEXO XXV)**

O SG começou por apresentar este tema, referindo que o mesmo já tinha sido abordado em reuniões anteriores.

Tem-se vindo a constatar um progressivo interesse por parte de funcionários aposentados das administrações aduaneiras da CPLP na participação na cooperação técnica entre as administrações aduaneiras dos Estados de língua oficial portuguesa.

Este assunto constou da agenda da 8ª Reunião do GTAN, em 2013, onde foi decidido levar o mesmo à decisão dos Diretores Gerais, na XXVIII Reunião do Conselho que decorreu em outubro do mesmo ano, tendo estabelecido que o SP ficaria responsável pelo desenvolvimento do mesmo em articulação com os serviços de informática da AT. Tendo recebido parecer favorável na Reunião do Conselho, está o SP mandatado para proceder à implementação desta Base de Dados. Terminou referindo que o trabalho já está feito e que na próxima reunião do Conselho já poderemos indicar casos concretos.

A Delegada de PT, considera que o procedimento é o correto, mas há uma questão muito importante, as administrações tomam conhecimento que determinado funcionário tem competências para dar formação em determinada área, trata-se portanto de uma questão sensível.

O Presidente agradeceu o alerta, pelo que as administrações terão de ter a maior atenção para esta questão.

## **21. APOIO AO DESENVOLVIMENTO**

### **a) A gestão de Risco – Possíveis desenvolvimentos para o futuro (Anexo XXVI)**

O SP começou por apresentar o documento de trabalho

O Presidente pediu contributos às delegações.

A Delegada de PT considerou que esta área é fundamental para o desempenho das atividades das administrações aduaneiras. Portugal tem uma funcionária credenciada pela OMA nesta matéria, a Dra. Judite Couto, reconhecida mundialmente, pela sua capacidade no âmbito da gestão e análise de risco e acreditado na OMA.

O DG de MZ enfatizou que a gestão de risco é uma área de extrema importância, o que obriga a que os funcionários estejam constantemente em formação, pelo que considera que o SG, naquilo a que diz respeito a posição de MZ poderá levar este assunto à Reunião do Conselho DG.

A Delegação de AO e TL, tendo em conta a pertinência do assunto, concordaram com a proposta constante do documento.

O Presidente terminou referindo que foi aceite pelos presentes as propostas constantes no Documento de Trabalho.

#### **a) Que futuro pós Bali – possíveis cenários para o programa PICAT V (Anexo XXVII)**

O SG lembrou que este tema consta em documento de trabalho elaborado pelo SP. No mesmo é referido que existe uma tentativa de coordenação entre a OMA e a OMC, para a implementação do AFC.

Pretende-se que a CPLP acompanhe o GT constituído no seio da OMA para saber que decisões vão sendo tomadas, e que entidades vão ser envolvidas para o financiamento das medidas que vão ser necessárias. Este documento é genérico pois estava-se na expectativa de que o representante da OMA desse mais informação sobre este assunto.

O que se pretendia era que após a explicação da OMA se conseguisse nesta reunião obter algumas orientações, mas não tendo sido possível, o que se deseja é que as delegações aqui presentes mandatem o SG para junto da OMA e do Secretariado Executivo possa obter o máximo de apoio.

O Presidente solicitou às delegações que se pronunciassem.

A Delegada de PT, transmitiu aos presentes que o recente Acordo de Bali traz novos desafios aduaneiros estando PT a acompanhar esta matéria, em particular via EU, o impacto futuro, deste Acordo, pelo que defende que o Grupo aqui presente, deverá ter em atenção este assunto.

A Delegação de AO, considera que o Acordo foi assinado muito recentemente, pelo que sugere que cada um analise o impacto que o mesmo poderá ter e só depois ver como os CPLP se podem ajudar.

A Delegação de MZ concordou com a posição de Angola, dando exemplo, de alguns pedidos que irão comportar custos extra.

O SG informou que está consciente de que irá haver custos, mas como referiu este assunto, irá ser apoiado por doadores, sendo que a UE já se posicionou como doador.

A Delegada de PT sugere que se solicite ao Representante da OMA, Dr. Santos Mussamo, que disponibilize a apresentação que vinha fazer.

O SG concorda com esta sugestão e informou os presentes de que oficializou este pedido. Solicitou aos presentes que se pronunciem se entretanto a apresentação chegar se a mesma pode ser anexa ao relatório.

O Presidente tendo em conta a ausência de qualquer posição considerou que foi aceite a proposta. A apresentação irá passar a constar como Anexo do Ponto 18.

## **22.TEMA DE PORTUGAL (PT): "IMPOSTOS ESPECIAIS SOBRE O CONSUMO" (ANEXO XXVIII)**

A delegada de PT apresentou o tema "Impostos Especiais de Consumo e Imposto sobre Veículos-Perspetiva futuras". Previamente salientou que esta área é gerida pelo colega Subdg. Dr. Brigas Afonso também o autor desta apresentação.

Fez um enquadramento prévio da legislação harmonizada da EU e da legislação nacional aplicável a estes impostos, salientando que a legislação aduaneira é uniforme na União Aduaneira e que na área fiscal a legislação é harmonizada sendo necessário verte-la no ordenamento jurídico português, sobretudo em consequência da soberania fiscal e política nesta matéria.

Salientou as principais medidas no plano da simplificação administrativa concretizadas no cumprimento das obrigações declarativas em ambiente verdadeiramente eletrónico, a divulgação de instruções e manuais e as ligações informáticas outros organismos relevantes, num verdadeiro conceito de janela única.

Também em matéria de controlos foram adotadas medidas em sede do EMCS (*Electronic Movements Control System*), da rede de gásóleo colorido e marcado, a criação de estampilha fiscal para o controlo das bebidas espirituosas e o reforço da segurança da estampilha para tabacos.

Finalmente foram dadas algumas perspetivas futuras que deverão corresponder a novos desafios e paradigmas como a diminuição da tributação direta *versus* aumento de tributação indireta, preocupações ambientais e energéticas associadas às políticas fiscais e a consolidação orçamental com procura de novas fontes de receita e redução de despesa.

Como desafios de curto prazo foi referido o aperfeiçoamento dos sistemas informáticos suporte da boa cobrança e adequado controlo destes impostos e mercadorias.

Em reação a esta apresentação as delegações de MZ e de TL solicitaram informação mais detalhada sobre o controlo das mercadorias sujeitas a IEC, tendo PT esclarecido sobre os estatutos fiscais de Entrepasto Fiscal, circulação em suspensão,

e ainda sobre as garantias associadas. Igualmente informou sobre as especificidades da importação deste tipo de mercadorias e a ligação com os estatutos fiscais.

### **23. DIVERSOS**

#### **a) Aplicação de IEC na UE (Anexo XXVIX)**

O SG iniciou a apresentação do tema referindo que o mesmo consta de documento de trabalho e que serve de complemento à apresentação feita pela Dra. Paula Raposo. Pretende-se dar uma ideia de que outros impostos poderão vir a ser cobrados.

O SG deixa o repto de este assunto continuar a ser acompanhado em futuras reuniões.

O Presidente agradeceu a apresentação e solicitou os comentários dos presentes.

A Delegação de AO questionou se os impostos referidos como fontes alternativas de receita, já estão implementados, tendo a Delegada de PT referido que a componente ambiental já está incluída no ISV, contudo outros ainda estão em estudo.

A Delegação de MZ referiu que a AT tem muitas formas de cobrança de obter receitas e questionou se o imposto automóvel será o mesmo tipo que é cobrado em MZ, tendo a Delegada de PT explicado como se cobra o imposto em PT, e o seu processamento técnico.

#### **c) Criação de um Grupo de Trabalho para a via aérea.**

O SG iniciou este ponto dizendo que poderão ser sempre aditados novos temas, assim para além dos IEC, também gostaria de falar das áreas desconcentradas, assim no âmbito das alfândegas e mais concretamente no âmbito da via aérea, propôs a elaboração de um GT.

Pelo que pediu o aval para que conste no relatório a proposta de criação do Grupo de Trabalho referenciando alguns dos objetivos do mesmo, que seriam:

- Potenciar a troca de ideias, o partilhar de conhecimentos, de experiências, o aperfeiçoamento de procedimentos, a identificação das melhores práticas, a dinamização de uma rede de contactos com expressão no conhecimento pessoal e com tradução prática na cooperação mais estreita entre as administrações. Teria também como objetivos o levantamento do tráfego anual, os meios humanos e técnicos disponíveis nos respetivos serviços aduaneiros e deveria ainda abranger:

- Controlo das aeronaves e meios de transporte do Staff e do serviço de *catering*.

- Fiscalização aeroportuária.

- Controlo de passageiros, tripulantes e bagagens.

- O desalfandegamento da carga, especificidade da carga expresso.

- Metodologias e informação da análise de risco.

- Segurança Aeroportuária.

- Controlo de saída

- A realização de exercícios de *Benchmarking*.

Em termos de modelo de funcionamento este Grupo de Trabalho teria de ter em conta:

- Definição de os quais os países/aeroportos que compõem o Grupo

- Definição de pontos de contacto operacionais/coordenadores.
- Definição de planos de ação.
- Realização de reuniões anuais com coordenadores para efeitos de definição e aprovação das ações a desenvolver.
- Promover a realização de *workshops* temáticos.

O Presidente solicitou orientações aos presentes para a criação deste GT, para que numa fase inicial seja por trocas de informação e posteriormente poderia ser presencial.

A Delegação de MZ concordou que se leve este tema à reunião de Conselho, mas tendo em conta as restrições orçamentais a mesma teria de inicialmente ser feita de modo virtual. Assim o SP ficaria encarregue de receber os contributos de todos e depois divulgar.

As Delegações presentes concordaram com a proposta.

**b)Local e data da XXIX Reunião do Conselho de Diretores-Gerais das Alfândegas da CPLP em 2014, da 10º Reunião do GTAN e da 5ª Reunião do GT Site.**

O SG solicitou a Angola se aceitava a realização da XXIX Reunião do Conselho de DG, naquele país e se já tinha uma data, tendo sido respondido que já tinham manifestado essa intenção, faltando só decidir a data e o local.

Quanto à 10ª Reunião do GTAN, foi solicitado a Portugal se aceitava a sua realização em 2015, tendo a Delegada confirmado.

No que se refere 5ª Reunião do Site será em novembro de modo virtual.

## **25. ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL**

O Presente Relatório foi elaborado pelo Secretariado Permanente da CPLP com o apoio da Administração Aduaneira de Moçambique.

## **26. ANÁLISE E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL**

O Presente Relatório foi discutido no final da presente reunião por todas as Delegações.

O Presente Relatório foi aprovado por unanimidade e assinado por todas as Delegações presentes, pelo Presidente e pelo Secretário-Geral.

## **27. SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

O Presidente, Engenheiro Guilherme Mambo deu início à solenidade de encerramento da Reunião, concedendo a palavra aos presentes.

A Delegação de Angola em nome de todas as delegações agradeceu o acolhimento de Moçambique para a realização desta reunião. Referiu que foram abordados pontos de interesse comum, nomeadamente, no que diz respeito ao novo Acordo de Facilitação do Comércio.

Expressou o agradecimento pelo acolhimento, ajuda mútua e profissionalismo pela realização desta reunião nos brindou. Terminou dando o seu bem hajam **(ANEXO XXX)**.

O SG, Dr. Francisco Curinha, começou por agradecer À AT de Moçambique pelas excecionais condições de acolhimento. O apoio incondicional à realização desta ação. Referiu que os pontos da agenda foram todos abordados., pelo que a reunião foi um êxito. A excelente Presidência fez com que a reunião fosse um sucesso.

Referiu ainda a ausência de algumas delegações, considerou que a sua participação teria enriquecido as apresentações. Finalizou com um grande agradecimento a todos os representantes das administrações que tornaram possível a concretização desta reunião **(ANEXO XXXI)**.

O Presidente no seu discurso de encerramento referiu o ambiente de amizade humana, franqueza, representando deste modo uma mais-valia para o processo de aprofundamento das relações de cooperação e assistência mútua administrativa em matéria aduaneira entre os países da CPLP.

No fim do presente encontro constatou-se a vontade dos membros na coordenação de ações estratégicas de capacitação institucional e de aprofundamento das questões relativas aos processos de reforma e modernização aduaneira em cursos nos países. A abordagem de temas, como o processo de certificação da escola aduaneira e seus formandos; medidas de combate à contrafação; o sistema de processamento das declarações prévias à chegada de mercadorias; o impacto da disponibilidade de informação em tempo real na maximização da colecta da receita, mostram a importância das matérias discutidas.

A questão do memorando Antifraude, das Convenções Aduaneiras, bem como do recente Acordo de Facilitação do Comércio, de Bali, engrandeceram igualmente a discussão **(ANEXO XXXII)**.

A 9ª Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível das Alfândegas da CPLP foi encerrada pelo Exmo. Presidente, num clima de satisfação manifestado por todas as Delegações.

\_\_\_\_\_ ∇∇∇ \_\_\_\_\_



**(Angola)**

Ernestina Filipe

Rita Cassule

---



**(Brasil)**

---



**(Cabo Verde)**

---



**(Moçambique)**

Guilherme Mambo



Aly Mallá

---



**(Portugal)**

Ana Paula Raposo

---



**S. Tomé e Príncipe**

---



Julião Ximenes



Maria Ortênsia Lobato

**(Timor-Leste)**

---



**(Secretário-Geral da Conferência)**

Francisco Curinha

---